

Conceição

REPORTAGEM ESPECIAL

Dinheiro para falso ganhador

FOTOS: MARCOS SALLES/AT

Testemunha revela que cada pessoa recebia R\$ 15 mil para declarar que estava levando prêmio de bingo

ALINE NUNES
RODRIGO COUTO

Um falso ganhador do bingo Capixaba da Sorte revelou para a Polícia Civil como funcionava o esquema de uma suposta fraude no sorteio. Testemunhas relataram que a pessoa escolhida para participar da suposta irregularidade chegava a receber R\$ 15 mil, como foi o caso da premiação de uma casa na Mata da Praia.

As investigações são mantidas em sigilo pela Polícia Civil e o Grupo de Repressão ao Crime Organizado (GRCO).

Mesmo com o sorteio sendo passado ao vivo pela TV, a manipulação de cartelas por computador é a pista para desvendar a denúncia de fraude.

Os levantamentos apontam que, durante o sorteio – realizado uma vez por mês –, apenas uma pessoa controlava o computador, dando as informações sobre as possíveis cartelas que podem ser as ganhadoras.

Segundo ressaltou a delegada Fabiana Maioral, chefe da Delegacia de Crimes Fazendários, a investigação está apurando o uso de falsos ganhadores, que seriam contratados antes, como se fossem clientes normais.

Depois de um determinado tempo do sorteio, a pessoa que manipulava o computador incluía uma nova série de cartela com números já sorteados, anunciando um vencedor.

Para cada sorteio, era escolhido um falso ganhador, que recebia R\$ 15 mil para dizer que era dono do prêmio.

A Justiça já decretou as prisões dos proprietários e funcionários da empresa Emprodata (Empresa de Processamento de Dados-ME) que seriam os responsáveis pelo Super Bingão Real, Super Bingão Capixaba e Capixaba da Sorte.

O único que foi preso até agora é Marcelo Queiroga, apontado como um dos diretores da empresa responsável pelos bingos.

“Marcelo Queiroga e os seus irmãos usavam laranjas para abrir as empresas e os seus nomes não aparecem nos contratos sociais”, informou a delegada.

Estão sendo procurados os irmãos de Marcelo Queiroga, José Olímpio Queiroga, Washington Queiroga, e os responsáveis pelo setor de informática da empresa, Elyon Alves Moreira e Ederson Marcelo Lemos. Um oficial de Justiça, que está na denúncia e participa como réu-colaborador.



A delegada Fabiana Maioral investiga o uso de falsos ganhadores

Bingão investigado em 1999

A delegada Fabiana Maioral, titular da Delegacia de Crimes Fazendários, já havia pedido a prisão de Marcelo Queiroga e de outras duas pessoas no inquérito que apontou irregularidades no Super Bingão Real, em 1999.

No inquérito, a Polícia Civil descobriu que teria havido crime de sonegação fiscal e fraude no repasse de recursos para a Liga Cariaciquense de Futebol Amador, Federação Capixaba de Motonáutica e Federação Capixaba de Tênis de Mesa.

“Essas instituições esportivas teriam que receber o repasse de recursos em função dos bingos, mas isso não ocorreu”, afirmou a delegada Fabiana Maioral.

A polícia apurou na época que os prejuízos do governo e das instituições esportivas chegaram a mais de R\$ 9 milhões. “Houve irregularidades na contribuição de ICMS e nas tributações municipais e federais”, apontou a delegada.

Além da prisão, o Ministério Público Estadual e polícia pediam também a decretação do bloqueio dos bens dos envolvidos. O inquérito foi relatado à Justiça, mas até hoje não houve decisão sobre o caso, ao contrário do pedido feito agora pelo Grupo de Repressão ao Crime Organizado (GRCO) e a mesma delegada Fabiana Maioral.

No primeiro inquérito, o de



Material apreendido em bingo

1999, foram constatadas irregularidades tributárias e no repasse de recursos.

Já no inquérito aberto este ano – em que a polícia já apreendeu diversos equipamentos eletrônicos dos bingos –, foram descobertos irregularidades em financiamentos por meio do Banestes e fraudes no sorteio.

De acordo com a delegada Fabiana Maioral, em 1999 a empresa era a Minas BR Empreendimentos, que era a responsável pelo Super Bingão Real. “Hoje o nome da empresa é Emprodata, que é a mesma, só com outro nome. Sempre usam laranjas”, afirmou.

Loterias pode ter sido usada para dar legalidade

A Loteria do Estado do Espírito Santo (Loteris) teria sido usada para dar legalidade a empresas de bingos veiculados por televisão. O caso está sendo investigado pela polícia.

Os levantamentos da polícia apontam que a Caixa Econômica Federal – responsável pela autorização de jogos no País – teria suspenso a liberação da empresa Minas BR Empreendimentos para realizar os bingos, no final do ano de 1999.

Na época, a Polícia Federal chegou a embargar o funcionamento da mesma empresa, que era a responsável pelo Super Bingão Real.

Nesta mesma ocasião, a Polícia Civil indiciava o suposto proprietário da Minas BR, Marcelo Queiroga.

Logo após a suspensão da atividade, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo aprovava em plenário a inclusão da modalidade de bingo televisivo como mais um item a ser fiscalizado pela Loterias.

Dias após, o bingo voltava a funcionar com toda a força no Estado. Segundo as investigações, a empresa precisava de recursos, pegando empréstimos junto ao Banestes.

COMO ERA O ESQUEMA

Propagandistas

Eram pessoas contratadas pelos donos do bingo para divulgar os sorteios pelos bairros da Grande Vitória e no interior do Estado. Sempre uniformizados, desfilavam pelas ruas mostrando os prêmios.

Os denunciados

Marcelo Queiroga (preso)
José Olímpio Queiroga (foragido)
Washington Queiroga (foragido)
Elyon Alves Moreira (foragido)
Ederson Marcelo Lemos (foragido)
Um oficial de Justiça (réu-colaborador)

Minas BR Empreendimentos

Empresa responsável pelo Super Bingão Real, que deu início a atividade do grupo no Estado. Depois de 1999, quando a Caixa Econômica Federal não autorizou mais o bingo, a empresa foi substituída pela Emprodata.

Banestes

Depois que a Minas BR Empreendimentos deixou de operar, foi criada a Emprodata, mas os proprietários precisavam de dinheiro. Com isso, eles recorreram ao Banestes, cujos empréstimos teriam sido obtidos de forma fraudulenta, usando dinheiro público, como revelou o ex-gerente da agência da Praia do Suá Fábio Amorim, que administrava a conta.

LOTE\$BAN

Uma ramificação da Emprodata (Empresa de Processamento de Dados-ME). “O seu banco de pagamentos e serviços”, frase usada na logomarca, que é de cor azul e letras em branco, semelhante à do Banestes.

Antes, a cartela poderia ser paga no Banestes. Neste ano, tudo era depositado na LOTE\$BANK. Os clientes pagavam em postos autorizados (tojas, bancas, farmácias) e uma pessoa credenciada passava recolhendo o dinheiro.

Loteris

Em 2000, a Assembleia Legislativa aprovou a estrutura organizacional da Loterias, incluindo o bingo televisivo como uma das atividades fiscalizadas pelo órgão, meses após a Caixa ter suspenso os sorteios.

Emprodata

Empresa constituída para dar legalidade ao negócio, com cadastro na Loterias (Loteria do Estado do Espírito Santo) e na Junta Comercial, na atividade de bingos. Promovia o Capixaba da Sorte. A polícia investiga o uso de laranjas como sócios.

Sorteios

Uma pessoa era escolhida para ser a ganhadora dos principais prêmios, como casas, sítios, apartamentos e caminhões. Quem era escolhido para ser o ganhador, recebia uma cota que chegava a R\$ 15 mil.

Computador

No decorrer da apuração do prêmio, os números eram sorteados e anunciados. O funcionário da empresa que manipulava o computador era quem anunciava o número de cartelas que estão próximas de serem fechadas.

Neste momento, era inserida uma nova série de cartela com os números sorteados, aparecendo o nome do falso ganhador.

Prêmio

O suposto ganhador dava entrevistas para a propaganda do bingo, anunciando que era o vencedor. Geralmente eram pessoas humildes. Há casos em que a casa era vendida, dando a impressão que o ganhador era verdadeiro.

Fontes: Polícia Civil, Ministério Público Estadual